

**ANÁLISE GEOECOLÓGICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA
SERRA DO APON, CASTRO, PR**

**GEOECOLOGICAL ANALYSIS OF SERRA DO APON QUILOMBOL
COMMUNITY, CASTRO, PR**

Diely Pereira

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa-PR.

E-mail: diely.pereira@yahoo.com.br

Karina Ferreira de Barros

Floresta Nacional (FLONA). Piraí do Sul-PR.

E-mail: karina.barros@icmbio.gov.br

Willian Samuel Santana da Roza

E-mail: willianssr@gmail.com

Marina Comerlatto da Rosa

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa-PR.

E-mail: mcomerlattodarosa@gmail.com

Rosemeri Segecin Moro

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa-PR.

E-mail: rsmoro@uepg.br

RESUMO: Realizou-se uma breve análise geocológica da Comunidade Quilombola da Serra do Apon, a partir da abordagem GTP - Geossistema, Território e Paisagem, proposto por Bertrand, que permite a compreensão do funcionamento das unidades de paisagem, em seu todo natural/social/cultural. A comunidade localizada na área rural do município de Castro, na região dos Campos Gerais do Paraná, teve seu processo de ocupação pela população afrodescendente iniciada na década de 1860, associado à revolta dos escravos da Fazenda Capão Alto. A distância, a dificuldade de acesso, a invisibilidade social e os conflitos socioambientais têm permeado a permanência dos quilombolas na Serra do Apon e a manutenção de uma paisagem pouco alterada. O contexto legal recente permitiu seu reconhecimento, embora permaneçam lutando em busca da regularização fundiária, considerando o direito ao território como elemento fundamental para garantir condições de vida adequadas. A análise permite caracterizar a paisagem como produto da interação entre os diversos elementos, na perspectiva tripolar bertrandiana.

Palavras chave: análise geocológica, sistema GTP, comunidades tradicionais.

ABSTRACT: It were made a brief geocological analysis of the Quilombola Community Serra do Apon, from the GTP approach - Geosystem, Territory and Landscape, proposed by Bertrand, which allows the understanding of the functioning of the landscape units, in their totality social/cultural/naturalist. The community located in the rural area of the municipality of Castro, in the region of Campos Gerais do Paraná, had its occupation by afrodescendent population initiated in late 1860 related to the slavery scape from Fazenda Capão Alto. The distance, the difficulty of access, social invisibility and socioenvironmental conflicts have permeated the permanence of the niggers in the Serra do Apon within an inaltered landscape. The recent legal context allowed its recognition, although they are still searching for their agrarian regularization, whereas the right to the territory as a key element to ensure adequate living conditions. The analysis allows to characterize the landscape as a product of the interaction among the various elements, in a bertrandian tripolar perspective.

Key-Words: geocological analysis, GTP system, traditional communities.

Artigo recebido em 08/07/2014.

Aceito em 25/07/2014.

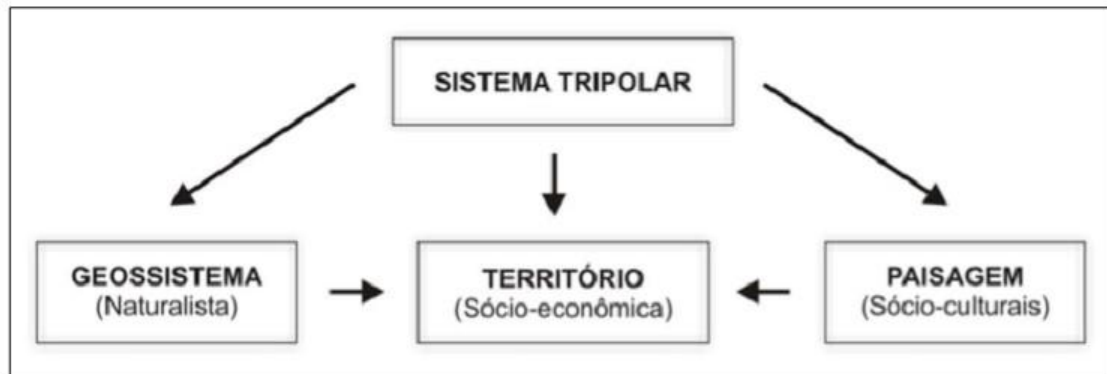
O sistema GTP na análise da paisagem

No contexto epistemológico da geografia, a delimitação de áreas de estudo, em um determinado espaço em uma determinada escala, implica no acesso a uma grande variedade de conteúdos específicos (ROSOLÉM; ARCHELA, 2010). Buscando a superação da ruptura entre sociedade e natureza e tendo como interesse epistemológico e metodológico a preocupação de preservar a complexidade e a diversidade do ambiente, Bertrand (1972) propõe um modelo de análise socioambiental da paisagem conhecido como modelo GTP (Geossistema, Território e Paisagem), derivado da análise dos geossistemas e que enfatiza o componente humano ao considerar os aspectos socioeconômicos e sócio-culturais dentro das ações antrópicas.

Servindo não só para a delimitação e representação cartográfica das áreas, mas também para detectar os problemas existentes e o grau de responsabilidade da ação antrópica sobre os mesmos, a metodologia do GTP, passou a subsidiar o desenho de estratégias para conter, reverter ou amenizar os impactos existentes, pois, considera o território analisado a partir de três perspectivas: o território recurso, correspondente à vertente socioeconômica; o território aprisionamento, correspondente à vertente sociocultural e o território fonte, correspondente à vertente naturalista do modelo tripolar (CRUZ, 2013).

O sistema GTP bertrandiano é, segundo Pissinati e Archela (2009), “uma representação que pretende conduzir as ciências à compreensão do funcionamento das unidades de paisagem, em seu todo naturalista/social/cultural”. A aplicação dessa abordagem composta por um sistema tripolar e interativo é justificada pela complexidade existente no dinamismo das paisagens, que demanda a análise com três entradas ou três vias metodológicas que correspondem à trilogia fonte / recurso / aprisionamento (Figura 1).

Figura 1: Sistema tripolar



Fonte: Bertrand (1997), *apud* Cruz (2013).

O geossistema é constituído pelos elementos básicos, geográficos e sistêmicos, compostos por elementos abióticos, bióticos e antrópicos.

O território é a entrada em que permite analisar as ações e o funcionamento da questão social e econômica no espaço, considerando o tempo para relatar o recurso, a gestão, a redistribuição, a poluição e a despoluição.

A paisagem abrange não somente o visível, mas também a construção cultural e econômica do espaço geográfico. Nela está contido o território, sua organização espacial e seu funcionamento, que por sua vez se reflete nos elementos do geossistema.

A meta do GTP, segundo PISSINATI e ARCHELA (2009), é a reaproximação desses três conceitos para se analisar o funcionamento de um determinado espaço geográfico de forma holística, atingindo as interações dos elementos para melhor visualizar e compreender a dinâmica da área estudada (ROSOLEM; ARCHELA, 2010, p. 8).

Para Rosolém e Archela (2010), esta proposta metodológica é importante para a realização de análise e dinâmica da paisagem, que pode ser aplicada a diferentes objetos de estudo que tenha como objetivo a descrição e análise do espaço geográfico.

Caracterização dos elementos básicos: o geossistema

Para compreender as possibilidades de aplicação da análise do espaço geográfico a partir da abordagem do sistema GTP, focou-se a Comunidade Quilombola da Serra do Apon, localizada no município de Castro, PR, na região dos Campos Gerais do Paraná.

O município de Castro apresenta quatro comunidades quilombolas certificadas: Tronco, Limitão, Mamans e Serra do Apon. Esta última está situada na porção norte-nordeste do município, no vale do Rio Ribeira, a cerca de 60 Km do perímetro urbano, nas proximidades das coordenadas do Sistema UTM, 7.268.455,81 N e 642.056,257 E. (Figura 2)

Figura 2: Comunidades Quilombolas do Município de Castro.



Fonte: <http://www.itcg.pr.gov.br/>

Uma vez que a demarcação da Comunidade Quilombola da Serra do Apon ainda não foi realizada, informações precisas sobre seus limites não se encontram disponíveis. Assim, as informações que seguem correspondem à área delimitada a partir de dados disponibilizados na carta topográfica referente a Serra do Apan (MI: 2825-2) e da localização pontual fornecida pelo Instituto de Terras Cartografia e Geociências (ITCG, 2009). A caracterização física apresentada resultou de análise realizada mediante produtos cartográficos elaborados pelo ITCG, obtidos a partir dos dados de Comunidades Negras e Tradicionais e Remanescentes de Quilombos do Grupo Clóvis Moura (2008), Clima (SIMEPAR), Geologia (IBGE e DSG), Geomorfologia (MINEROPAR/ IPARDES/ ITCG, 2008a) e Solos (EMBRAPA/ EMATER).

Segundo a classificação de Köppen, a Comunidade Quilombola Serra do Apon está sob um clima Cfb, temperado, com verão ameno e chuvas uniformemente distribuídas, sem

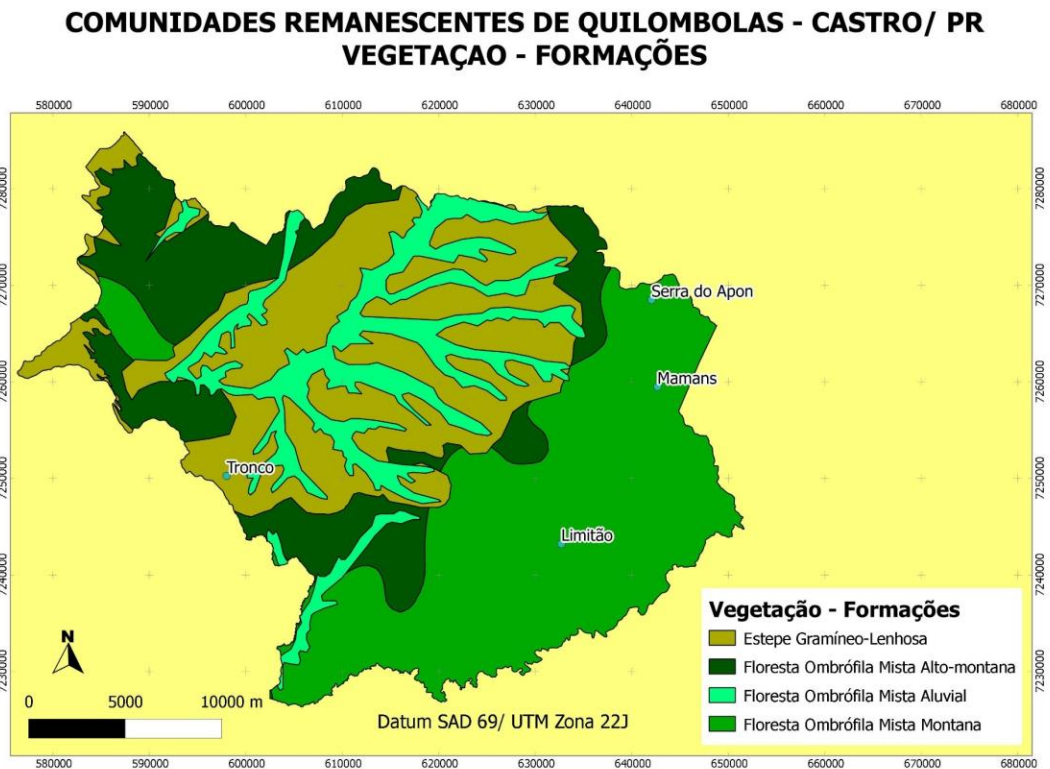
estação seca e temperatura média do mês mais quente inferior a 22°C. A precipitação varia de 1.100 a 2.000 mm ocorrem geadas severas e frequentes, num período médio de ocorrência de 10 a 25 dias nos meses de inverno.

Em relação à geologia, a comunidade está inserida em terrenos do Grupo Açungui (Formação Itaiacoca), Proterozóico Superior, com mármore dolomíticos e metadolomitos, com interações de metacherts e metacalcários calcíticos cinzas. (PARANÁ, 2006). A área possui altitude superior a 900 metros, situada na unidade morfoestrutural Primeiro Planalto Paranaense, subunidade Planalto Dissecado do alto do Ribeira, com elevada dissecação, com topos alongados e em cristas. As vertentes são retilíneas e côncavas, vales com forma de V encaixados (PARANÁ, 2005). Os solos correspondem aos grupos de Latossolos vermelhos distróficos e Argissolos vermelho-amarelos distróficos (ITCG, 2008b). Numa escala de detalhe, em campo, percebe-se também Neossolos litólicos no terço inferior de vertentes côncavas e Neossolos flúvicos ao final de vertentes convexas.

Inserir-se no Bioma Mata Atlântica (IBGE, 2004) e, em função da altitude, verifica-se a ocorrência da Floresta Ombrófila Mista Montana, uma formação florestal adaptada a condições de clima temperado úmido de altitude, onde a árvore emergente é a araucária (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) O. Kuntze), atingindo cerca de 30m de altura nas associações maduras. Acompanham canelas, guaçatungas e bugreiros, com o branquinho e tarumã nas margens dos rios.

Segundo Freire e Mezzomo (2009), a localização da comunidade numa região com relevo acantilado com vegetação campestre e capões de araucária nos pontos mais elevados determina, em parte, a criação de gado em lotes com pequena área rural atividade, embora a atividade econômica predominante atual seja a silvicultura de Pinus e lavouras mecanizadas onde o relevo permite. Segundo a memória local, no início do século XX as florestas eram abundantes mas, com a introdução do agronegócio, estas se reduziram a capões isolados que podem ser vistos a distância (Figura 4). Ainda segundo Freire e Mezzomo (2009), os moradores ainda se servem de muitos tipos de ervas medicinais, no entanto os mais velhos da comunidade comentam que não há mais erva nativa para produzir o próprio chimarrão, tendo de ser cultivada a erva-mate para esse fim.

Figura 3: Mapa de vegetação do município de Castro, PR.



Fonte: IPARDES, 1994.

Figura 4: Geofácies na Serra do Apon, evidenciando áreas com pastagens, vegetação nativa e plantações de pinus.



Fonte: K.F. Barros (2013).

Formação territorial do remanescente quilombola da Serra do Apon

O processo de ocupação da Serra do Apon pelas populações afrodescendentes está inserido num contexto histórico mais amplo, referente à escravização das populações negras no Brasil. A quantidade de africanos vindos para o Brasil a partir de finais do século XVII como mão de obra escrava é incalculável, assim como a procedência destes também é muito incerta. No Paraná, a partir dos portos de Santos e Paranaguá, o contingente de escravos era disperso pela capitania de São Vicente, depois Província de São Paulo, levando à ocupação do

interior pouco habitado e prosperidade econômica. Segundo Gutiérrez (1988), no estado do Paraná, até o século XIX a população, tanto livre quanto escrava, era reduzida e possuía núcleos de povoação com pouca articulação entre si.

A vila de Castro teve o início de seu desenvolvimento atrelado ao tropeirismo. A criação de animais foi a atividade mais praticada pelos moradores da vila de Castro e se tornou uns dos principais fatores de atração de novos moradores, fazendo com que a população diminuta da vila alcançasse níveis altos no início do século XIX, com destaque para o incremento de escravos crioulos, ou seja, aqueles já nascidos em terras brasileiras.

Gutierrez (2004, p. 115) afirma que, em 1824, “Quase um terço dos donos de fazendas em Castro possuía entre um e nove cativos; outro terço entre 10 e 19 escravos, e o terço restante era conformado por fazendeiros que administravam expressivas posses para os padrões da região, de 20 ou mais cativos. Os fazendeiros desta última classe detinham 72% do total de escravos que vivia em fazendas de criação”. Em meados da década de 1770 a fazenda Capão Alto possuía o maior número de escravos da região, aproximadamente 100 pessoas, ficando a administração por conta dos próprios cativos, prática comum entre os fazendeiros da região.

Lima e Melo (2004) sugerem que pelo perfil das fazendas castrenses de gado, ou seja, fazendas que exigiam proporcionalmente menos mão de obra masculina e menor esforço se comparados aos ritmos de trabalho dos escravos de regiões de lavoura, o percentual de homens e mulheres escravos era equitativo. Segundo os autores, isso contribuía para a formação de famílias escravas e a sua reprodução, o que levava consequentemente ao enriquecimento dos fazendeiros e aumento do contingente populacional escravo nas fazendas. O trabalho dos escravos homens consistia em cuidados com os rebanhos, desde o trato de doenças até a segurança na condução até os pontos de venda e trocas. Aqueles que possuíam maiores habilidades trabalhavam em selarias, carpintarias além da agricultura praticada para a subsistência da fazenda e comércio local. Às escravas mulheres cabiam tarefas domésticas como limpeza das sedes, preparo dos alimentos, cuidado com as crianças, confecção de roupas e cobertores.

Ao contrário do que se imaginava, os escravos preservavam alguma autonomia referente as formas de trabalho. Negociavam as jornadas de trabalho e organizavam dias

livres com os fazendeiros para que pudessem ser usados em pequenas roças para seu proveito. Estas foram empregadas como forma de diminuir os custos dos senhores com a subsistência dos escravos e estratégia para amenizar as insatisfações e evitar as fugas. Parte da sua produção era vendida e, com o dinheiro obtido, podiam comprar o que bem entendessem, inclusive a alforria (LIMA; MELO, 2004).

Além de ter domínio sobre a produção da fazenda, os escravos da Capão Alto criaram vínculos entre si e principalmente com a terra. Esse fato explica o porquê das poucas fugas e a constituição de famílias passou a ser sinônimo de sociabilidade e de construção de uma comunidade dentro da fazenda. Por quase um século os escravos viveram sob ideais de liberdade com extrema influência da religião católica, consultando Nossa Senhora do Carmo para a realização das suas atividades. Semanalmente o comando da fazenda era entregue a um dos cativos que tinha a missão de “interpretar” as orientações da santa protetora, a qual chamavam “Sinhara”, quanto a venda de gado e outros produtos na vila de Castro, as necessidades da comunidade bem como as punições para possíveis irregularidades (CADERNOS DO PATRIMÔNIO, 1985).

Na década de 1860, quando a fazenda contava com mais de 200 escravos, já em sua quarta geração, a Ordem do Carmo, na iminência de ter seus bens alienados pelo governo imperial, arrendou a escravaria para rabalhar nas fazendas de café em São Paulo. Ouvindo a Senhora do Carmo, os escravos se recusaram a seguir, criando forte resistência a retornar à escravidão. Acresce que a documentação da compra dos escravos apresentava irregularidades referentes aos impostos a pagar na comarca de Castro. Apesar da resistência e dos impedimentos legais, conseguiu-se finalizar a transação e a fazenda foi cercada. Aproximadamente 11 escravos líderes do movimento foram presos e levados as cadeias de Castro e Curitiba. As senzalas foram invadidas e parte dos negros levados mas, segundo os Cadernos do Patrimônio (1985), existem registros de transferências de apenas 23 escravos - a maioria dos negros se dispersou pelo território de Castro, fundando quilombos em terras longínquas. Preferiram os lugares mais inóspitos e de difícil acesso, com mata cerrada para não serem descobertos.

Segundo relato de uma descendente (FREIRE; MEZZOMO, 2009), o Quilombo da Serra do Apon foi formado em 1864 por Rodrigues da Silva e Ambrósio da Trindade, este

casando-se com uma índia do lugar. O local era habitado por numerosos indígenas Abapanis, de índole relativamente dócil, que não conseguiram fazer frente ao estabelecimento dos fugitivos da Capão Alto. O rapto de mulheres e crianças índias era prática comum. Segundo os mesmos autores, atualmente diversos grupos étnicos compõem a comunidade local e, com os inter-casamentos, formou-se um território negro de parentes, com suas relações de solidariedade, rezas e recomendações.

Existe atualmente na comunidade uma população negra de 87 pessoas, das quais 49 são adultas e 38 crianças. Permanecem ainda hoje as características marcantes do início da comunidade quilombola:

A comunidade quilombola, de uma área de quase 100 alqueires de posse, se limita hoje a um espaço mínimo de mais ou menos quatro alqueires, onde cultivam sua horta e produzem feijão, milho, mandioca, batata, erva-mate, além da criação de gado, suínos, aves para o consumo da família. Utilizam-se vários tipos de ferramentas para o trabalho no roçado como foice, machado, enxadão, enxada. Cada família quilombola tem a produção e trabalho individual e ainda, reparte com os filhos que moram na cidade, e vendem o excedente para a compra de outros produtos de que necessitam como o sal, açúcar, roupas e remédios.

Segundo relatos dos moradores a comunidade, até pouco tempo, os roçados eram feitos em grupo chamados de puxirão/mutirão. Todos trabalhavam durante o dia com animadas conversas e cantorias e ao cair da noite festejavam com baile, oferecido pelo dono do roçado, em pagamento do trabalho realizado na lavoura.

A base da alimentação era cuscuz de milho e quirera com carne de porco. A carne de porco era cozida e armazenada com a gordura para ser utilizada em períodos mais longos, devido à dificuldade de conservação.

Os negros que viveram na comunidade produziam a esteira de piri e taquara para usarem nos ranchos e servir de leito. Na vila Socavão vendiam ou trocavam parte das esteiras com outros produtos de que necessitam como tecidos, açúcar, sal, querosene e remédios. Para chegarem à vila, caminhavam por quase dois dias levando os produtos nas costas, a pé, pelo meio da mata fechada, retornando pelo mesmo percurso. Isso se repetia quando faleciam membros da família, que eram levados nas costas para serem enterrados na vila Socavão. (FREIRE; MEZZOMO, 2009, p. 5)

Os descendentes sobrevivem do cultivo de alimentos como feijão, milho e a criação de animais. As casas atualmente são de madeira e chão batido, com mobília bastante modesta, contando geralmente com o tradicional fogão à lenha de taipa. No entanto, até a década de 1970, quando o isolamento começou a ser rompido pelo interesse nas terras do Apon, as casas eram de pau-a-pique (taquara trançada e barro, com cobertura de jerivá), o fogo era feito no chão e se dormia na tarimba com esteira de piri. Alguns ainda utilizam pilões e outros utensílios, preservando muitos símbolos da cultura dos antepassados.

O vilarejo da Serra do Apon possui um pequeno comércio e um posto de saúde com atendimento médico e dentário periódico.

As ruas do vilarejo são irregulares, com lamaçais e cascalhos nas partes mais íngremes. A água que parte da comunidade utiliza é tratada e vem por gravidade (fonte localizada num nível alto com distribuição em baixo nível). Na geração anterior, este abastecimento se procedia de forma manual na fonte ou riacho. Já a iluminação era com lamparina a querosene e lampião a gás. Só desde meados de 2004 a energia elétrica foi distribuída à comunidade.

A religião predominante na comunidade é a católica, tendo como padroeiro São José. As manifestações religiosas são realizadas por novenas e festas ao padroeiro, sendo Nossa Senhora Aparecida muito venerada. Além da religião católica a comunidade conta ainda com a Igreja Assembléia de Deus. (FREIRE; MEZZOMO, 2009, p. 7)

A educação é uma questão de extrema relevância nas comunidades rurais quilombolas, pois embora deva-se prevenir o processo de aculturação, ao mesmo tempo não se deve a comunidade à margem do conhecimento. De acordo com o ITCG (2009, p. 117) “um projeto pedagógico voltado para a educação quilombola, portanto, deve primar pela valorização dos vetores civilizatórios, trazendo à tona a visão de humanidade das etnias negras escravizadas [...]”. Para que ocorra uma educação realmente voltada a uma comunidade quilombola, é necessário:

[...] conhecimento, um mergulho na cultura do “Outro” de forma a se deixar ser interpenetrado pela epistemologia dela. Se o inverso acontecer, por mais que se queira e mesmo avocando as mais diversas teorias sob as quais sejam encaixadas falas, depoimentos etc., como fruto das entrevistas, o produto final não passará de um arremedo que vai produzir ao contrário da boa intenção, dano. (ITCG, 2009, p. 117).

Conforme Relatório da ONG Terra de Direitos, o afluxo de imigrantes europeus ocupando a Serra do Apon (poloneses, alemães e holandeses) pressionou a restrição dos territórios tradicionais das comunidades negras. As terras, das quais se dispunha de títulos precários, acabaram sendo alvo fácil dos interesses imobiliários, somando-se o fato da total ausência de políticas públicas destinadas àquelas comunidades, que sujeitaram seus membros a toda sorte de precariedades sócio-econômicas. O Grupo de Trabalho Clovis Moura em seu Relatório final 2005 a 2010, relata o processo de grilagem das terras que contribuiu para a modificação da configuração populacional. E também naturaliza as falas de entrevistados que ‘um dia voltei do trabalho de diarista e encontrei a minha casa e toda a plantação queimada. Perdi tudo’. Este Grupo de Trabalho foi instituído pela Resolução Conjunta 01/2005-SEED-

SEEC–SEAE–SEMA–SECS e posteriormente ampliado com a participação de outras Secretarias e com prazos prorrogados pelas Resoluções Conjuntas 01/2006 e 01/2007–SEED–SEEC–SEAE–SEMA–SECS–SESU–SEAB–SEJU–SETI–SETP–PMPR, rompe com o pacto do silêncio como mecanismo de invisibilização das questões étnico-raciais do Paraná (ver <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/>).

Apenas recentemente o artigo 2º do Decreto 4887/2003 (BRASIL, 2003) considera “... remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Desse modo, a autodefinição parte das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. O Decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Fica transferida ao INCRA a competência para a delimitação das comunidades dos quilombos, sua demarcação e titulação.

Ocorre nos últimos anos uma intensa organização dos movimentos sociais, das instituições, das associações e de diferentes sujeitos coletivos para o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos das comunidades quilombolas. O processo de autoreconhecimento é amparado legalmente pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira. Após o reconhecimento, para solicitar a regularização de territórios, as comunidades devem pleitear junto à Fundação Cultural Palmares a expedição de uma Certidão de Autoreconhecimento, observando os procedimentos da Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007.

A Comunidade Quilombola Serra do Apon foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, como Remanescente das Comunidades de Quilombos, o que legalmente lhes dá, em tese, o direito de reaverem suas terras, fato que se constitui na maior esperança da comunidade. (FREIRE; MEZZOMO, 2009, p. 6)

A paisagem quilombola da Serra do Apon

Pissinati e Archela (2009), a respeito do sistema GTP, definem a paisagem como o espaço ocupado e produzido por uma comunidade de cultura singular, que difere das demais comunidades vizinhas. Nesse sentido, a paisagem altamente contrastante da Serra do Apon com as áreas do entorno nos remete a situação fundiária e histórico de uso da terra.

O uso tradicional da terra, em sistema comunitário com lavouras de subsistência, num ambiente relativamente isolado, de relevo até certo ponto difícil, levou a preservação da estrutura original da paisagem. Os topos aplainados, com os campos sobre Argissolos, são ocupados pelas lavouras (roças) e pelo gado. Devido à pouca disponibilidade de terra, o sistema de coivara (rotação de áreas com a queima da capoeira) não é adotado, o que, se por um lado preserva as áreas de mato, por outro leva à exaustão dos interflúvios. Dos capões próximos vem recursos manejados com parcimônia – lenha de cambuí, cabos de ferramentas de cambará, mourões e estacas de bugreiro, taquara e piri para a cestaria, varana (um tipo de palmito do ponteiro de *Cordyline dracaenoides* Kunth), além do onipresente pinhão no inverno. O gado usa os capões como abrigo, o que prejudica a regeneração natural da vegetação devido à pouca área disponível, e sua perambulação ocasiona problemas de erosão nas nascentes, beira de cursos de água e nas rampas de acesso a esses bens. A caça há muito tempo deixou de ser um recurso alimentar, não tanto pela sua proibição, quanto pela pressão antrópica no entorno.

A regularização fundiária constitui um desafio significativo para as comunidades quilombolas, fundamental ao fortalecimento da tradição e da cultura, constituindo como uma etapa essencial para a emancipação dos sujeitos formadores das comunidades remanescentes de quilombos. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2012), o reconhecimento da terra é o elemento fundamental para garantir condições de vida adequadas à população quilombola:

Os relatórios técnicos revelam que um Território Quilombola é uma terra em que se dão diversos usos simultâneos: moradia, produção e cultivo, extrativismo, criação de animais, caça, pesca, patrimônio cultural que inscreve na terra atividades de manifestação cultural, religiosa e ritual. As condutas territoriais que as comunidades empreendem em seus territórios promovem a proteção desse espaço, afastando invasores e exploradores de recursos naturais, resguardando, assim, a integridade ambiental dessas áreas. As comunidades quilombolas são um exemplo prático da articulação entre bem-estar humano e bem-estar das matas, das florestas, das águas. Por meio da transmissão dos conhecimentos tradicionais acerca do uso e do preparo de plantas ou partes delas, geração após geração essas comunidades

conservam um vasto conhecimento sobre a sociobiodiversidade. Nos Territórios Quilombolas também se promove a conservação de espécies vegetais de usos relevantes e de variedades agrícolas crioulas, ocorrendo também o melhoramento tradicional de espécies e variedades.

No que se refere à regularização fundiária, elemento indispensável para os povos quilombolas, o Estado tem mostrado algumas articulações mesmo que tímidas, com parcerias e convênios entre órgãos e institutos federais e estaduais. No Paraná, segundo relato do Grupo de Trabalho Clovis Moura:

No encaminhamento dos processos de Regularização Fundiária, o INCRA, organismo federal com a incumbência desta tarefa, têm firmado convênios, tanto para a realização dos Relatórios Antropológicos necessários ao início dos procedimentos, como para outras tarefas no mesmo sentido. Primeiramente firmou convênio com a UFPR para que se realizassem os Relatórios da Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) de João Sura, município de Adrianópolis; das CRQ's de Guajuvira e de Água Morna, ambas do município de Curiúva; das CRQ's de Serra do Apon, Limitão e Mamãs, todas do município de Castro, além do Relatório da CRQ Invernada do Paiol de Telha, municípios de Guarapuava/Reserva do Iguaçu/Pinhão, comunidade simbólica por sua luta. Novos convênios estão sendo firmados com várias das Universidades Estaduais do Paraná, através da SETI – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, tudo de forma a agilizar e apressar os processos, de resto já demorados (GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA, 2013).

Para a regularização dos territórios, as comunidades certificadas devem encaminhar a demanda ao INCRA, que é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. O INCRA então realizará um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território. Eventuais contestações externas, são então recebidas e analisadas, podendo gerar adequações quanto à delimitação geral da área. Aprovado em definitivo esse relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola.

A fase seguinte é a regularização fundiária propriamente dita, com retirada de moradores não quilombolas, por desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. Finalmente, ocorre a concessão do título de propriedade à comunidade, o qual é coletivo e implica na impossibilidade de desmembramento da área.

Para a comunidade quilombola da Serra do Apon, a regularização fundiária ainda é um desafio, pois ao longo dos anos, sem poder comprovar a propriedade das terras, os quilombolas viram “seus pedacinhos de chão serem espremidos pelas grandes fazendas”. (KUBASKI, 2013). Desde 2007, há no INCRA, um processo administrativo para a

regularização fundiária da comunidade quilombola da Serra do Apon, sob o número 54200.003339/2006-3 (INCRA, 2013). Foram realizados estudos, incluindo o levantamento antropológico, feito por especialistas da Universidade Federal do Paraná. A seguir, o processo de titulação dos imóveis será discutido com os proprietários rurais, autoridades e a comunidade. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2013) e em abril de 2013 foi realizada uma audiência pública chamada pelo INCRA, como parte do processo de regularização fundiária da comunidade de Serra do Apon.

“Já temos a certificação da Fundação Cultural e também já está aprovado o relatório antropológico, que atesta a origem quilombola da Serra do Apon” [...]. Só que esse relatório é apenas o primeiro documento de uma série de outros – como o laudo agroeconômico, laudo topográfico – que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) [...]. “Todo o processo de reconhecimento ainda vai levar mais de três anos, pelo menos, e pode ser contestado pelos moradores confrontantes do quilombo. Queremos deixar tudo claro na audiência” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2013).

Apesar do explícito vínculo com o território, para muitos dos descendentes de africanos escravizados em fazendas do entorno, o título decorrente do processo de regularização fundiária em trâmite no INCRA será o primeiro documento que comprova vínculo com o pedaço de terra que ocupam há tanto tempo.

Associado ao direito ao território, a garantia de condições adequadas de vida - saúde, educação, transporte, comunicação, segurança alimentar, qualidade ambiental e geração de renda - também constituem desafios importantes para a comunidade quilombola da Serra do Apon. Segundo Kubaski (2013):

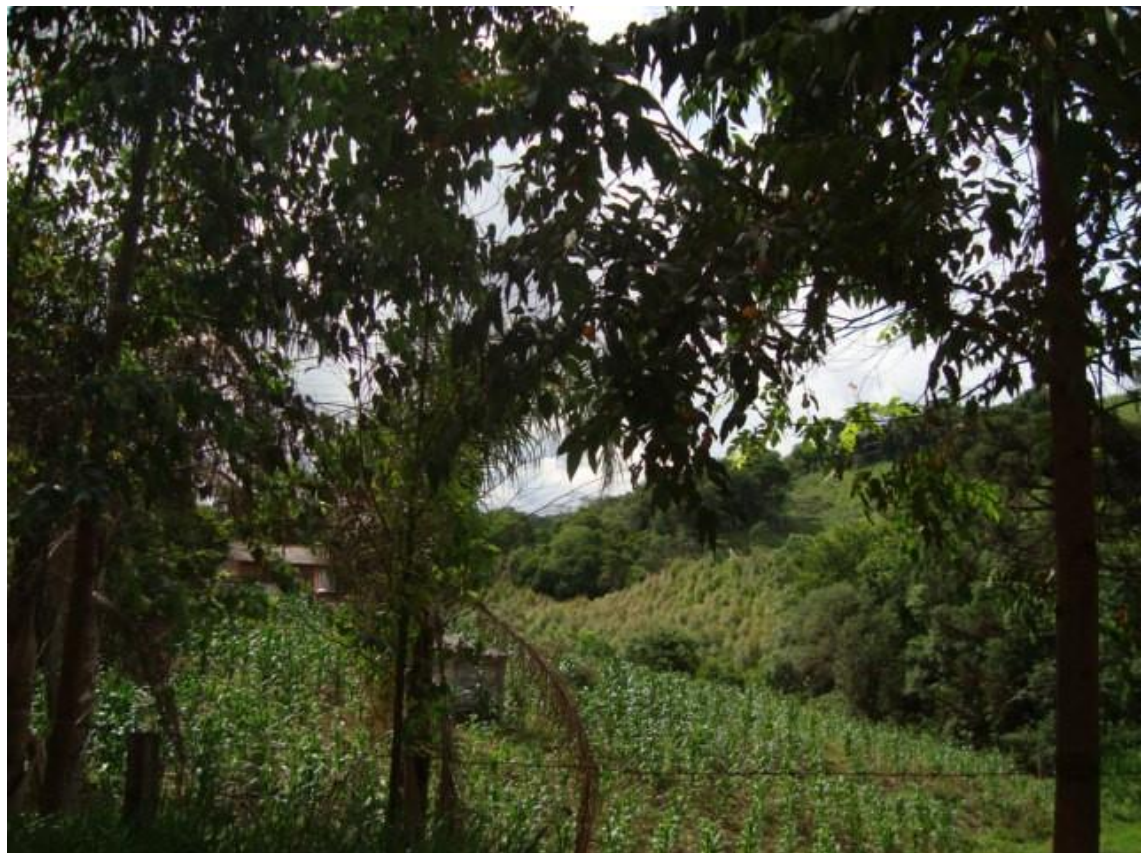
Uma grande dificuldade enfrentada pelos quilombolas da Serra do Apon, é a dificuldade de acesso a mecanismos de apoio a pequenos produtores, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para conseguir esse tipo de financiamento, o agricultor precisa comprovar algum vínculo com a terra (posse ou arrendamento, por exemplo), o que é inviável atualmente aos quilombolas da área. [...] “Eles não têm muita terra e precisam aproveitar bem o pouco que possuem”, [...] “Nosso trabalho consiste em visitas semanais às comunidades quilombolas da região dos Campos Gerais – inclusive o Apon – e em conseguir mudas de plantas com as quais eles já estão acostumados, como milho, feijão, mandioca e algumas árvores frutíferas, além de ensinar formas de manejo que garantam uma produtividade melhor”.

Por exemplo, ao discutir o processo de geração de renda nas comunidades quilombolas, deve-se considerar que a produção realizada na comunidade tem sua finalidade

principal a subsistência da própria comunidade. Conforme relato do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG, 2009):

[...] a geração renda nestas comunidades só se dá pelo cultivo à terra e do comércio das sobras da sua produção, raramente de artesanato, incluindo aí a farinha de mandioca. O trabalho geralmente é realizado por homem e mulher com idade e condições físicas no limite para a sua execução, no entanto, não é difícil encontrar também crianças menores de 14 anos de idade realizando funções destinadas à adultos. (ITCG, 2009, p. 133).

Figura 5: Pequena roça de milho localizada na comunidade quilombola da Serra do Apon.



Fonte: K.F. Barros (2013).

Um aspecto importante a ser relatado é que uma parcela muito pequena dos moradores das Comunidades Quilombolas recebe os benefícios sociais e na maioria das vezes esses benefícios são concedidos a idosos (pensão, aposentadoria). Tais recursos são individuais, utilizados frequentemente para a compra de remédios e alimentos. Para que as comunidades

possam melhorar suas condições de trabalho e geração de renda, entendemos que as iniciativas devam ser comprometidas com a conservação da identidade quilombola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da comunidade quilombola da Serra do Apon, a partir da abordagem GTP (Geossistema, território e paisagem) evidencia a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica entre elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagem dialeticamente e fazem a paisagem única e mutável. A análise dos elementos naturais permite a percepção da manutenção de um geossistema peculiar inserido nos Campos Gerais do Paraná.

A discussão histórica sobre o processo de ocupação da Serra do Apon pelos negros fugidos da escravidão na fazenda Capão Alto permite compreender a importância da interação entre os elementos naturais e as demandas pessoais e sociais. Portanto, a preservação de uma paisagem mais próxima do “original” pode ser creditada a falta de tecnologia dos quilombolas, com um reduzido poder transformador da paisagem se comparado a dos empresários do campo surgidos com as ondas migratórias europeias. Mesmo assim, as pressões devidas a diminuição do território e as barreiras de cercas dos vizinhos tem levado a um confinamento que aumenta a pressão sobre os recursos locais.

Os desafios da permanência das populações na região encontram-se estreitamente relacionados atualmente ao reconhecimento da comunidade quilombola, à luz do amparo legal atual, e à decorrente conquista do direito ao território, pelo processo de regularização fundiária em andamento. Também fundamental para garantir condições de vida adequadas à população quilombola da Serra do Apon seria o acesso à educação concomitante com a valorização de sua identidade.

Por outro lado, deve-se garantir a manutenção dos níveis tecnológicos ao nível de cultura de subsistência para que não se altere o geossistema. Isto apenas seria conseguido as custas de programas direcionados de extensão rural que respeitem a tradição quilombola, e subsídios públicos em programas sociais específicos. Do contrário seria condenar uma

população tradicional ao atraso por interesse antropológico, sem impedir a decadência dos recursos e consequente desagregação do tecido social.

Agradecimentos

A Maria Ivanir Cordeiro (*in memoriam*), alma generosa do Abapan, que dividiu suas reminiscência e angústias num mundo em rápida transição.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, G., 1972. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Tradução de Olga Cruz do original de 1968. **Cad.Cienc.da Terra**, São Paulo, v.13, 1972. Republicado em **Revista RA'EGa**, Curitiba, n.8, p.141-152, 2004.

CADERNOS DO PATRIMÔNIO. Fazenda do Capão Alto. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 1985. (Série Estudos I).

CRUZ, E.C.A. Mosaicos de reconexão no entorno das áreas protegidas: estratégias de reenvolvimento socioambiental na ReBio Poço D'Anta - Juiz de Fora/MG – Brasil. **Élisée, Rev. Geo. UEG.**, v.2, n.1, p.128-145, 2013.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **Audiência discute demarcação de terras aos quilombolas em Castro.** Disponível em: <http://www.diariodoscamos.com.br/geral/audiencia-discute-demarcacao-de-terras-aos-quilombolas-em-castro-64944>. Acesso em: 09 nov. 2013.

FREIRE, R.S.; MEZZOMO, F.A. **Formação histórica e experiências contemporâneas de Comunidades Quilombolas no Paraná.** 2009. Disponível em: http://www.fecilcam.br%2Fnupem%2Ffanais_vi_epct%2FPDF%2Fciencias_humanas%2F08.pdf&ei=iEqvUq-iMYOR2wXBr4GwCQ&usq=AFQjCNEndZbH8PcOeF1-nlhhRny27Qa4rg&sig2=Zp6EFuPGjSQnADCCUrP65w&bvm=bv.57967247,d.b2I. Acesso em: 07 dez. 2013.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. 2008. **Terra e Cidadania: terras e territórios quilombolas.** Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>. Acesso em: 10 dez. 2013.

GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, 1988, p. 161-188.

GUTIÉRREZ, H. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi: Revista de História**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 102-127, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de biomas do Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br/mapas

INCRA. **Relação de Processos Abertos**. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 14 dez. 2013.

_____. **Territórios Quilombolas – Relatórios 2012**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 14 dez. 2013.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **A vegetação natural do Estado do Paraná**. Curitiba, 1994. 39p.

ITCG. INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. 2008a. **Geomorfologia - Estado do Paraná**. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Geomorfologico_A3.pdf. Acesso em: 06 dez. 2013.

ITCG. INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. 2008b. **Solos - Estado do Paraná**. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Solos.pdf. Acesso em: 06 dez. 2013.

ITCG. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. 2009. **Comunidades quilombolas no município de Castro**. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/quilombolas_2009/CASTRO.pdf. Acesso em: 06 dez. 2013.

KUBASKI, D. **Área pode voltar a ser Comunidade Quilombola**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/>. Acesso em: 12 dez. 2013.

LIMA, C.A.M.; MELO, K.A.V. de. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas absenteeístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). **Afro-Asia**, n.31, p. 126-162, 2004.

COMUNIDADES Negras Rurais de Castro. Disponível em <http://ancestralidadeafricana.org.br/>. Acesso em: 07 dez 2013.

PARANÁ. 2005. **Carta geomorfológica: folha de Telêmaco Borba**. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>. Acesso em: 06 dez. 2013.

PARANÁ. 2006. **Carta geológica: folha de Telêmaco Borba**. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapeamento_Sistematico/Cartas_Geologicas/SG22_X_A.PDF. Acesso em: 06 dez. 2013.

PISSINATI, M.C.; ARCHELA, R.S. Geossistema território e paisagem. Método de Estudo da Paisagem Rural sob a ótica Bertrandiana. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 5-31. 2009.

*Diely Pereira. Karina Ferreira de Barros. Willian Samuel Santana da Roza.
Marina Comerlatto da Rosa. Rosemeri Segecin Moro*

ROSOLÉM, N.P.; ARCHELA, R.S. **Geossistema, Território e Paisagem como Método de Análise Geográfica.** In: VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física. II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Coimbra, Maio de 2010.